



## **PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, FINANÇAS E REDAÇÃO FINAL**

**EMENDAS IMPOSITIVAS N.º 003 A 024 AO PROJETO DE LEI Nº 3.342/2022 – “Estima a receita e fixa a despesa do município de Ouro Fino para o exercício financeiro de 2023 (LOA - 2023)”**

### **I - RELATÓRIO**

Os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça, Finanças e Redação Final, Vereadores Paulo Henrique Chiste da Silva, Tiago Bazolli de Moraes e Francisco Carlos Maciel, reuniram-se, em atendimento aos dispositivos regimentais, para elaboração do competente parecer em relação às emendas parlamentares impositivas n.º 003 a 024 ao PROJETO DE LEI Nº 3.342/2022, que “Estima a receita e fixa a despesa do município de Ouro Fino para o exercício financeiro de 2023 (LOA - 2023)”.

Em apertada síntese, é o relatório.

Passamos, pois, a opinar.

### **II – DO PARECER**

Primeiramente, cumpre-nos esclarecer que é da Competência exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre o orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual. Uma vez apresentado o projeto de lei nº 3.342/2022, que trata do orçamento, o Poder Executivo destinou emendas de iniciativa parlamentar na LOA. Isto porque, no ano de 2017, através de iniciativa desta Câmara Municipal, fora aprovada a emenda à Lei Orgânica que inseriu o art. 117-A, que trata das emendas impositivas.

A partir de então, as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária correspondem ao limite de 1,2% da receita líquida prevista no projeto encaminhado pelo Sr. Prefeito.

Analisando o projeto de lei n.º 3.342/2022, verifica-se que atendendo a tal comando o Sr. Chefe do Poder Executivo reservou as dotações orçamentárias no percentual previsto, que totalizam o montante de R\$ 1.391,472 (um milhão trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e setenta e dois reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

020201 041220001 2006 3.3.00.00.00 1.500.000-000 025 - Ficha 077 - Valor R\$ 695.736,00  
020601 101220001 2048 3.3.00.00.00 1.500.000-002 006 - Ficha 315 - Valor R\$ 695.736,00



Assim, os vereadores desta Casa apresentaram suas emendas, que estão sendo objeto de apreciação e parecer por esta comissão.

Analisando-as, notamos que a metade do percentual fora destinado às ações e serviços públicos de saúde, conforme determina o inciso I, do § 2º do art. 117-A da LOMOF. Também verificamos que as emendas não extrapolaram o percentual reservado, e ainda, todas apresentaram as entidades a serem beneficiadas com as respectivas indicações de unidades orçamentárias.

Feitas estas considerações, entendemos que as emendas propostas cumprem os requisitos legais transcritos.

### **III – DA CONCLUSÃO**

Pela análise realizada e atentos ao parecer técnico favorável emitido pelo departamento contábil desta Casa, concluímos que as emendas n.º 003 a 024 reúnem as condições legais necessárias para a normal tramitação, razão pela qual, emitimos parecer favorável.

Sala das Sessões, Vereador Antônio Olinto Alves, em 15 de novembro de 2022.

**Francisco Carlos  
Maciel**  
Presidente

**Paulo Henrique  
Chiste da Silva**  
Vice-presidente

**Tiago Bazolli de  
Moraes**  
Relator